

# **MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, CAMPESINATO E SOBERANIA ALIMENTAR**

**Valdete, Boni<sup>1</sup>**

Recibido: 03-04-2013 Revisado: 20-06-2013 Aceptado: 26-06-2013

## **RESUMO**

O Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina/MMC conta com quase 30 anos de história e, nesse período, passou por diversos momentos que foram diferentes em alguns aspectos, mas que somados mostram a trajetória de um movimento social rural formado apenas por mulheres, o qual se iniciou no bojo da efervescência política dos movimentos sociais, tornou-se grande em número de participantes, atravessou um momento de diminuição da participação e, finalmente, renovou suas bandeiras de luta que, atualmente, acompanham o desenrolar das políticas públicas para o campo. A preocupação com a segurança alimentar fica clara em seus discursos sobre a recuperação da propriedade das sementes nativas. Para essas mulheres, ter o controle das sementes significa não ficar na dependência das empresas multinacionais que controlam a produção e a comercialização das sementes. As sementes híbridas têm sua produtividade garantida apenas na primeira geração, sendo que os frutos dessa colheita perdem as características originais que permitiriam um novo plantio com uma produtividade semelhante à primeira. Já em relação às sementes transgênicas, soma-se a polêmica das patentes e do pagamento de *royalties*. Nas ações das mulheres encontra-se também a crítica ao modelo de desenvolvimento que o Estado impõe aos agricultores familiares, privilegiando as grandes propriedades e corporações. Na região oeste de Santa Catarina, o plantio dessas espécies foi estimulado também para garantir o fornecimento de lenha para os frigoríficos.

**Palavras-chave:** Movimento de Mulheres Camponesas; movimentos sociais; segurança alimentar

## **RESUMEN**

El Movimiento de Mujeres Campesinas en Santa Catarina / MMC tiene casi 30 años de historia, y durante este tiempo ha sufrido varios momentos con diferentes aspectos cada uno, pero en conjunto, estos momentos muestran la trayectoria de un movimiento social rural de mujer. Comenzó en medio del ajetreo político de los movimientos sociales, se hizo grande, con un gran número de participantes, que pasó por una fase en la que el número de participantes disminuyó y, por último, que renovó las banderas de lucha que hoy en día siguen el desarrollo de políticas públicas en el campo. La preocupación por la seguridad de la alimentación está claro cuando se habla de la recuperación de la propiedad de las semillas criollas. Para estas mujeres, tener control sobre las semillas significa no caer dependientes de las empresas multinacionales que controlan la producción y el comercio de semillas. Las semillas híbridas han garantizado la productividad sólo en su primera generación como el fruto de la cosecha tales como perder las propiedades originales que garanticen nueva productividad sowing with igual a la primera. En cuanto a las semillas transgênicas, existe preocupación por la polémica de las patentes y el pago de regalías. En la acción de estas mujeres se puede observar una crítica al modelo de desarrollo impuesto por el Estado a las familias de agricultores, favoreciendo las grandes propiedades y empresas. En el oeste de Santa Catarina, la siembra de estas especies fue estimulado también para garantizar el suministro de madera para las tiendas.

**Palabras clave:** Movimiento de Mujeres Campesinas, movimientos sociales, seguridad alimentaria, Santa Catarina, Brasil

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC –, Brasil); Mestre em Sociologia Política (UFSC, Brasil); Doutora em Sociologia Política (UFSC, Brasil); Pós – doutoranda (UFSC, Brasil). **Endereço postal:** Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – PPGSP. Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar. Campus Universitário, Trindade – Caixa Postal 476. CEP: 88040-900 – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. **Telefone:** +55-4896586778; **e-mail:** valdeteboni@yahoo.com.br

**ABSTRACT**

The Movement of Peasant Women in Santa Catarina/MMC has nearly 30 years of history, and has undergone several movements. It started amid the political hustle of social movements, it became large in number of participants, which decreased later, and has lately renewed its efforts following the development of public policies in the countryside. The concern over feeding safety is clear because for these women having control over the seeds means not to be dependent on multinational companies that control the production and trade of seeds. Hybrid seeds have guaranteed productivity only in their first generation as the fruit from such harvest lose the original properties that would guarantee new sowing with productivity equal to the first one. As to the transgenic seeds, there is concern over patents and *royalties* payment. In their actions we notice a critique of the development model imposed by the State to family farmers, which favours large properties and corporations.

**Key words:** movement of peasant women; social movements; food security, Santa Catarina, Brazil

**RÉSUMÉ**

Le Mouvement des femmes paysannes à Santa Catarina / MMC a près de 30 ans d'histoire, et pendant ce temps il a suivi des étapes variées, mais l'ensemble de ces étapes montre la trajectoire d'un mouvement social rural des femmes. Il a commencé au milieu de l'agitation politique des mouvements sociaux, il est devenu grand avec un grand nombre de participants, il est passé par une phase où le nombre de participants a diminué et, enfin, il a renouvelé les drapeaux de combat qui suivent aujourd'hui le développement de politiques publiques dans le campagne. Le souci de la sécurité de l'alimentation est clair quand ils parlent de la récupération de la propriété de semences indigènes. Pour ces femmes, avoir le contrôle sur les semences signifie ne pas tomber à charge sur les entreprises multinationales qui contrôlent la production et le commerce des semences. Les semences hybrides n'ont garanti la productivité que dans leur première génération puisque le fruit de la récolte perd les propriétés d'origine qui garantissent une productivité des nouveaux sowing avec égale à la première. Quant aux semences transgéniques, il est à craindre quant à la polémique des brevets et le paiement de redevances. Dans l'action de ces femmes, on peut noter une critique du modèle de développement imposé par l'Etat aux agriculteurs de la famille, favorisant les grandes propriétés et des sociétés. Dans l'ouest de Santa Catarina, le semis de ces espèces a été stimulée aussi pour garantir l'approvisionnement en bois pour les magasins.

**Mots-clés:** mouvement des femmes paysannes, mouvements sociaux, sécurité alimentaire, Santa Catarina, Brésil

**1. INTRODUÇÃO**

Este artigo faz parte de um estudo mais amplo desenvolvido durante o doutorado em sociologia política na Universidade Federal de Santa Catarina cujo tema principal era o movimento de mulheres camponesas. O Movimento das Mulheres Camponesas – MMC – foi criado oficialmente em 2004. De forma isolada nos estados brasileiros, as organizações de mulheres existiam desde a década de 1980, como é o caso do MMA em SC, do MMTR no RS e Paraná e das extrativistas no norte e nordeste do Brasil, como as quebradeiras de coco de babaçu. Na década de 1990 esses movimentos começaram

a se articular e criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a ANMTR, que resultou na criação do MMC.

A discussão a respeito do nome que teria o movimento suscita uma importante questão, o significado do termo «camponês». As antigas denominações de «agricultoras» e «trabalhadoras rurais» foram substituídas por «camponesas». Uma das justificativas do MMC diz que a escolha se deu pelo fato de que o termo camponês englobaria as diferentes atividades exercidas no campo, sejam as agricultoras, as assalariadas rurais, as pescadoras ou as extrativistas. Outra justificativa refere-se ao

trabalho familiar e à produção de alimentos, conforme documento do movimento. A mulher camponesa, para o Movimento é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. «É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas» (MMC, 2009, p. s/n).

Não se pode deixar de notar que, mesmo que as camponesas não assumam a influência da Via Campesina nesta decisão, esta ocorreu no momento em que passaram a fazer parte da Via. Ao criarem o MMC, esse movimento se incorporou à Via Campesina, por ocasião da IV Conferência da Via Campesina que ocorreu em junho de 2004 no Brasil. Essa união já vinha sendo discutida, ou seja, não há como separar essa decisão, pois isso é uma consequência das articulações entre os movimentos sociais do campo para se fortalecerem frente aos desafios colocados nas últimas décadas em relação à própria existência de algumas organizações. Entretanto, o importante para este trabalho é o que o próprio MMC considera para explicar esta mudança.

O MMC nesse momento atual discute muito questões ligadas a segurança alimentar, ao cultivo de alimentos saudáveis e ao modelo de agricultura agroecológica. Assim, definimos por iniciar o artigo expondo alguns aspectos sobre o campesinato e a segurança alimentar e então abordar especificamente o contexto do Movimento de Mulheres Camponesas nesse aspecto, trazendo seus pontos de vista em relação ao modelo de agricultura que elas trabalham. As falas das mulheres camponesas retratadas aqui são frutos da pesquisa de campo realizadas em diversos momentos, especialmente em eventos organizados pelo MMC.

## 2. CAMPESINATO: INTERLOCUÇÃO COM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Esses dois conceitos são tratados por diversos autores e tentarei reproduzir somente parte desse debate, o suficiente para embasar a discussão que o Movimento de Mulheres Camponesas faz, especialmente sobre a soberania alimentar. Embora com significados um pouco diferentes, esses dois conceitos se

entrelaçam na medida em que, para um povo, deter a soberania alimentar significa chances bem maiores de garantir a segurança alimentar.

O termo segurança alimentar provém de dois termos ingleses, *foodsecurity* (quantidade dos alimentos) e *foodsafety* (qualidade dos alimentos), o que caracteriza a segurança para o consumidor. Nesse contexto, essa é uma discussão complexa porque não se refere somente à problemática da fome – que sem dúvida é a mais preocupante – mas também aos outros problemas que são causados pela falta de comida, excesso de comida ou carência de nutrientes; e também a qualidade dos alimentos num momento em que, além do consumo exagerado de produtos industrializados, refrigerantes, enlatados, entre outros, com muitos corantes e conservantes, temos ainda o alto índice de agrotóxicos e outros insumos utilizados sem o devido acompanhamento na produção alimentar. Por esse motivo, não será possível falar em segurança alimentar de uma forma mais específica no âmbito deste trabalho. As colocações aqui apresentadas servem apenas para introduzir o debate sobre produção agroecológica, a não utilização dos agrotóxicos e o resgate de sementes crioulas de hortaliças pelas camponesas do MMC, que associam essa prática a uma forma de garantia de sua soberania alimentar.

## 3. SEGURANÇA ALIMENTAR – SAÚDE, RISCO E FOME

Conforme dados da FAO, existem atualmente cerca de 800 milhões de pessoas que passam fome no mundo. A maior concentração da fome está nos países africanos, alguns países asiáticos e na América Latina. Para a Via Campesina (2011), esse número sobe para 925 milhões, se somarmos os problemas decorrentes da má alimentação que resultam em doenças como a diabetes e a obesidade, entre outros. Para Menezes (1998), apesar de o problema estar localizado nas regiões mais pobres do mundo, não se pode esquecer que as crises econômicas globais e as crescentes migrações revelam que também em países desenvolvidos estão se formando bolsões de miséria.

No Brasil, é na região Nordeste que se localiza o maior número de pessoas atingidas pela fome, mas o problema está presente em todas as regiões do país, desde as regiões metropolitanas mais populosas até as áreas rurais, onde essa

incidência é ainda maior.

*No Brasil, é significativamente maior, para a área rural, a proporção das populações abaixo da linha da pobreza. Os índices são muito altos em quase todas as unidades da federação, sendo que apenas São Paulo está em um nível abaixo de 20%. No Nordeste, os resultados são extremamente elevados. Estados como Piauí e Paraíba apresentavam mais do que 70% de sua população rural em condição de extrema pobreza. O índice médio da região mostra que mais da metade da população que vive no campo se encontra naquela condição, tendo como consequência a fome e a própria negação de sua cidadania. Mas o que causa espanto é que, fora do Nordeste, em estados considerados exemplares no nível de desenvolvimento e riqueza que alcançaram, como o Paraná, esta proporção chega a quase 40% do total da população rural. Tudo isto fortalece a convicção de que a superação da miséria e da fome, no Brasil, passa em grande medida por uma profunda transformação das relações sociais no campo (Menezes, 1998, p. s/n).*

Os três eixos de ações citados acima podem ser traduzidos também como ações estruturais (direcionadas às causas mais profundas da fome e da desnutrição), ações específicas (para as famílias que não tem condições de se alimentar adequadamente) e ações locais que foram desenvolvidas no âmbito das prefeituras e secretarias municipais (Maluf, 2009, p. 91).

Para diminuir a insegurança alimentar, Chonchol (2005, p. 40) propõe dar atenção às experiências vivenciadas por países como Japão e Indonésia, por exemplo, que – há algumas décadas – têm dado prioridade à agricultura, contrastando com países da África que priorizaram a produção industrial em substituição à produção manufatureira anterior. Assim, enquanto os países do Sudeste Asiático aumentaram a produção de cereais básicos para sua alimentação – como o arroz, na África –, governos priorizaram a produção industrial em detrimento da agricultura. Jacques Chonchol chama a atenção para a falácia da concentração da produção como uma

propaganda para o fim da fome e da subalimentação.

*É por isso que todo sistema de intensificação da produção, no qual a maior parte desta é obtida por um pequeno número de grandes produtores modernizados, e os pequenos produtores familiares ou subfamiliares ficam marginalizados assim como os trabalhadores sem terra, não pode garantir e, pelo contrário, agrava a segurança alimentar nos campos. Isso é, em grande parte, o que tende a ocorrer hoje em muitos países em desenvolvimento, como vemos o caso da América Latina. As políticas públicas de reforma agrária, de crédito, de investimento e de comercialização devem, pois, ir contra essa tendência à concentração da produção (Chonchol, 2005, p. 41).*

O que temos assistido no Brasil é justamente uma política agrícola que favorece a concentração. Embora possa ser visto que os investimentos para a agricultura familiar aumentaram na última década, o modelo agrícola brasileiro é o agronegócio.

#### 4. SOBERANIA ALIMENTAR – INDEPENDÊNCIA DAS MULTINACIONAIS E AUTONOMIA

Na década de 1930, o mundo viveu um paradoxo no que diz respeito à produção de alimentos e o seu consumo. Por um lado, vários países desenvolvidos possuíam excessos de produção mas, por outro lado, observava-se, nos países em desenvolvimento, problemas de subnutrição e de fome. Conforme Chonchol (2005, p. 33), enquanto especialistas em nutrição alertavam para a necessidade de se produzir mais alimentos para suprir a carência mundial, economistas faziam o contrário, falavam em diminuição da produção por causa dos excessos em alguns países. É nesse contexto que, em 1945, através de discussões feitas no âmbito das Nações Unidas – ONU, surge a Organização para a Alimentação e Agricultura – FAO.

Em 1962 a FAO cria o Programa Alimentar Mundial, que tinha por objetivo sanar o problema da fome no Extremo Oriente<sup>2</sup>. Com isso, a comunidade científica apoia a iniciativa de

2 O Extremo Oriente corresponde a países como China, Japão, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Taiwan, Hong Kong, Mongólia e Macau.

introduzir o plantio de sementes de alto rendimento. Então, inicia na Ásia, em 1965, a Revolução Verde. Segundo Chonchol (2005, p. 34), esse processo aumentou consideravelmente a produção, no entanto, os custos sociais foram ainda maiores. Na Índia, por exemplo, antes da Revolução Verde, 18% do campesinato não possuía terras, e já em 1970, esse número cresceu para 33%. Na década seguinte, países como Etiópia, Bangladesh e também os da região conhecida como Sahel<sup>3</sup> africano passaram por períodos de fome. Conforme Maluf e Menezes (2000), a falta de estoques de alimentos nas décadas de 1960 e 1970 fundamentaram a ideia de que o problema da fome no mundo era falta de alimentos suficientes para toda a população, o que reforçou o argumento de que aumentar a produtividade seria uma das soluções possíveis. Com isso, as ideias favoráveis à Revolução Verde ganharam mais força.

*Procurava-se convencer a todos, de que o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com o emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos). A produção mundial, ainda na década de setenta, se recuperou – embora não da mesma forma como prometia a Revolução Verde – e nem por isto desapareceram os males da desnutrição e da fome, que continuaram atingindo tão gravemente parcela importante da população mundial (Maluf & Menezes, 2000, p. 1).*

Na década de 1980, os estoques alimentares mundiais crescem, entretanto, como esse crescimento ocorre nos países mais desenvolvidos, o problema da fome persiste. Como coloca Chonchol (2005, p. 34), «a fome não é tanto consequência de uma produção alimentar insuficiente, como da marginalização

*econômica de certas populações». Assim, aumentar a produtividade dos países que já produzem estoques suficientes não resolveria o problema da fome; seria mais eficaz dar condições para que todos possam produzir para garantir o mínimo de auto sustento interno. O problema da carência de alimentos em diversos países não é decorrente somente de problemas climáticos, mas, sobretudo de conflitos políticos em muitas regiões. Esses conflitos se tornam, na década de 1990, o principal motivo da necessidade de ajuda alimentar para vários países, principalmente na África.*

Chonchol, em texto de 2005<sup>4</sup>, expôs uma previsão para o ano de 2010. Conforme a previsão, a população mundial seria de 7 bilhões de habitantes, sendo que 94% se encontraria nos países em desenvolvimento. O crescimento da produção de alimentos seria de 1,8% ao ano, acompanhando o decréscimo que já vinha ocorrendo desde a década de 1970. Nesta perspectiva também estava previsto para 2010 que, na Ásia do Sul, haveria em torno de 240 milhões de pessoas subalimentadas e que a subalimentação crônica atingiria ainda cerca de 300 milhões de pessoas da África ao Sul do Saara, que giraria em torno de 35% da população. Em todo o planeta a estimativa prevista era de que cerca de 730 milhões de pessoas seriam afetadas pela fome e pela subalimentação. Chonchol (2005, pp. 37-38) alertava ainda para o aumento da produção animal nos países em desenvolvimento. Com isso, parte da produção de grãos se destinaria à alimentação animal, o que poderia se tornar um risco, na opinião do autor, devido a um possível aumento de preços dos cereais que são a base alimentar da população mais pobre.

Também as previsões de aumento das áreas cultivadas não podem ser analisadas sem a real noção da capacidade de crescimento, ou seja, a de que cerca de 92% das terras aptas para a produção agrícola e que ainda não foram exploradas estão concentradas na África ao Sul do Saara e na América Latina, nesse caso, grande parte no Brasil. Dois terços dessas terras estão em países como o Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, México, Peru, Venezuela, Zaire,

3 O «Sahel africano» corresponde a uma região que faz divisa entre o deserto do Saara e a parte sul da África onde as terras são mais férteis. É uma faixa de transição entre o clima desértico e o clima tropical e abrange países como Mauritânia, Senegal, Mali, Burkina Faso, Níger, Chade, Nigéria, República Democrática do Congo, Camarões e Sudão.

4 O texto foi publicado pela primeira vez em 2002 no Chile. A versão referida aqui é de 2005, publicada no Brasil.

Indonésia, Sudão, Moçambique, Argélia e Tanzânia. Grande parte dessas terras supostamente disponíveis está recoberta por florestas e reservas naturais.

Conforme destaca Maluf (2009, pp. 134-135), há no Brasil uma disponibilidade de cerca de 3.000 kcal/dia por pessoa, quantidade acima da média recomendada pela FAO, que é 1.900 kcal/dia para cada pessoa. No entanto, para gerar essa quantidade de alimentos, setores ligados ao agronegócio declaram que é necessário expandir a produção e que esta expansão tem um custo. Traduzindo, se a necessidade é produzir alimentos, os danos ambientais devem ser relevados. «*Não se trata então de escolher entre fome e destruição do meio ambiente, mas sim de optar pelo desenvolvimento sustentável com modelos de produção e também consumo igualmente sustentáveis*» (Maluf, 2009, pp. 134-135).

A Via Campesina apresentou um conceito de soberania alimentar na Conferência Mundial sobre a Alimentação realizada em 1996, em Roma, pela FAO. Este conceito ressalta a soberania alimentar como «*o direito que os povos têm de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares sem dumping de outros países*». Este é o grande desafio, uma vez que mais do que nunca os rumos da política agrícola dos países são decididas em cúpulas fechadas e nas bolsas de valores, locais em que não somente os agricultores, mas a maioria da população sequer conhece a dinâmica de funcionamento. Refletindo em termos de Brasil, de 1996 para cá, a política agrícola esteve ainda mais orientada para a exportação (Maluf, 2009). A preocupação maior tem sido um modo de produção que seja aceitável para os países para os quais esses produtos serão destinados e não a garantia de qualidade de vida dos produtores e da população do país de origem. Em outras palavras, quando a produção é voltada para a exportação, a preocupação é aumentar a produtividade do que será exportado em detrimento da variedade necessária à alimentação da população interna, não garantindo alimentos saudáveis e com valores nutricionais necessários.

No Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar realizado em Havana, Cuba, no ano de 2001, a soberania alimentar foi definida como

*(...) o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias*

*sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e diversidade dos modos campeiros, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental* (Via Campesina, citada por el MPA, 2013, p. s/n).

Para Maluf (2009, p. 19), a incorporação da noção de soberania alimentar aos princípios da Seguridad Alimentar e Nutricional traz uma nova visão que difere das ações para a segurança alimentar anteriormente implementadas pelos governos, porque traz à tona a discussão das grandes corporações e sua influência nas decisões que envolvem a produção de alimentos e o que é concebido como soberania pelos movimentos sociais.

## 5. A RECUPERAÇÃO DE SEMENTES PELO MMC: UM PROJETO DE AGRICULTURA CAMPONESA

Até algumas décadas atrás, os camponeses guardavam uma parte de suas colheitas para o plantio da próxima safra. Na região oeste de Santa Catarina, isso ocorria com as culturas de milho, feijão, trigo, arroz e também com as hortaliças, leguminosas, enfim, praticamente todas as sementes utilizadas nas propriedades eram produzidas nelas mesmas. A partir da Revolução Verde essa realidade começou a mudar. As sementes híbridas de milho substituíram as sementes crioulas, o trigo e o arroz deixaram de ser cultivados em parte das propriedades e, também, as sementes utilizadas nas hortas e arredores passaram a ser adquiridas nas cooperativas e nas agropecuárias. Hoje, essas sementes voltaram a ser valorizadas por muitos grupos, entre eles o MMC.

Há diversas experiências de recuperação das sementes pelo mundo. Em Santa Catarina, uma das experiências mais importantes em termos de recuperação de sementes crioulas é a do milho crioulo em Anchieta. Anchieta é uma cidade do extremo oeste do estado, com pouco mais de cinco mil habitantes, que iniciou o programa de resgate das sementes crioulas em 1996. No ano

de 2000 foi realizada a primeira festa das sementes crioulas. No ano de 2011, ocorreu a 5ª Festa da Semente Crioula e a feira de sementes crioulas, na qual mulheres do MMC também participaram (MMC, 2000).

Conforme Marta Chiappe (2006), o milho se coloca entre os quatro cereais responsáveis por mais da metade da alimentação do mundo. É também o alimento principal em 12 países da América Latina. Os maiores produtores de milho são os Estados Unidos, que concentram cerca de 40% da produção mundial; a China, com 18%; e o Brasil, com 8%. Segundo estes dados, publicados em 2006<sup>5</sup>, cerca de 20% da área cultivada nos EUA era de milho transgênico. Atualmente o controle sobre as sementes se concentra em dez empresas multinacionais. Com relação às sementes transgênicas, esse número cai para apenas seis empresas (Chiappe, 2006). Com relação às sementes de milho, somente duas empresas, a Monsanto e a DuPont, controlam 65%.

O México é o país que concentra a maior produção mundial de milho não transgênico.

*México tiene una importancia estratégica en la producción mundial de maíz por ser centro de origen, domesticación y una de las reservas mundiales de diversidad genética. A pesar de la pérdida de rentabilidad respecto a otros cultivos, el maíz continúa siendo el cultivo más importante a nivel nacional, con una producción de más de 18 millones de toneladas (Chiappe, 2006, p. 9).*

Entre os produtores mexicanos, mais de 80% utilizam sementes próprias. Esse número é importante porque, passados mais de quatro décadas desde a Revolução Verde, os camponeses continuam utilizando as sementes nativas que foram sendo adaptadas para cada região, solo e clima. Mesmo as sementes híbridas, introduzidas pela Revolução Verde, atingem menos de 20% da produção camponesa. As sementes transgênicas, por sua vez, são proibidas no país, embora já haja casos de contaminação por transgênicos em diversas regiões (Chiappe, 2006).

---

5 Levando-se em conta que a produção de transgênicos cresce a cada ano, a estimativa é que essa área cultivada seja bem maior no momento atual.

Conforme Altieri & Bravo (2007), o cultivo de milho para a produção de etanol nos Estados Unidos passou de 18 milhões de toneladas em 2001 para 55 milhões de toneladas em 2006. O combustível proveniente do milho e da soja conjuntamente representou em 2006 apenas 3% do consumo de combustível naquele país. Se toda a produção de milho e soja fosse destinada à produção do etanol, somente 12% da necessidade de combustível dos EUA seria suprida. Mesmo assim, em alguns Estados da federação, como Dakota do Sul e Iowa, cerca de 50% da plantação total de milho foi destinada à produção de etanol. Isso não traz apenas problemas econômicos e sociais, como a diminuição das exportações de milho dos EUA, gerando a consequente alta nos preços desse produto, o que prejudica os países que necessitam importar para suprir as necessidades alimentares de sua população. Outro fator importante é o ambiental. Com a demanda por mais milho, a monocultura se acentua ainda mais, gerando problemas típicos deste modelo como o aparecimento de pragas e doenças que, por sua vez, serão combatidos com mais agrotóxicos.

*La especialización en la producción de maíz puede ser peligrosa: a principios de los 70s cuando los maíces híbridos de alto rendimientos uniforme constituían el 70% de todos los cultivos de maíz, una enfermedad de la hoja (leafblight) que afectó a estos híbridos condujo a un 15% de pérdida de rendimientos a través de esa década. Es esperable que este tipo de vulnerabilidad de los cultivos se incremente en nuestro clima crecientemente volátil, causando un efecto ondulatorio en toda la cadena alimentaria (Altieri & Bravo, 2007, p. 2).*

Essas preocupações embasam as críticas aos biocombustíveis. Se, em relação aos Estados Unidos, a grande preocupação é com o cultivo de milho, no Brasil isso ocorre em relação à soja e à cana-de-açúcar. Altieri & Bravo (2007) apontam dados que mostram que cerca de 21 milhões de hectares de florestas foram devastados para dar lugar às plantações de soja. De 1995 até 2006, o crescimento anual da área plantada foi de 3,2%. Esses autores colocam a soja e a cana-de-açúcar como as duas maiores culturas brasileiras, ocupando juntas 21% do total de áreas cultivadas.

Altieri & Bravo (2007) chamam a atenção para outro problema causado pela expansão destas monoculturas voltadas à produção de biocombustíveis. Com relação ao Brasil, a expansão da fronteira agrícola, notadamente para o cultivo da soja, já que a maior produção de cana-de-açúcar se concentra no sudeste/sul do país, especialmente São Paulo, avançou para o Cerrado e a floresta Amazônica. Enquanto surge um emprego na produção da soja, outros onze trabalhadores são excluídos, aumentando ainda mais a concentração de terras. Conforme Guilherme Delgado (2005, p. 70), «a ocupação da força de trabalho na produção é fortemente restringida em face do padrão tecnológico alcançado pelo sistema do agronegócio». Ainda conforme este autor, a «frouxidão» da política fundiária brasileira, entendida como a incapacidade de controlar, fiscalizar e regular o mercado de terras no Brasil em relação ao princípio da função social da terra, gera uma não fronteira entre terras consideradas improdutivas, devolutas e terras ocupadas pelas grandes propriedades, o que dá margem a grilagens, posses ilegais e titulações fictícias (Delgado, 2005, p. 76).

A expansão da fronteira agrícola na produção de biocombustíveis, na opinião de Altieri (2009), é «um atentado contra a soberania alimentar dos países em desenvolvimento», porque não apenas a terra está sendo usada para alimentar automóveis dos países do Norte, como porque a diminuição da área cultivada para a produção de alimentos faz subir os preços destes, como é o caso do milho nos Estados Unidos. Com o aumento do preço dos cereais, o preço da carne também se eleva.

Pat Roy Mooney (1987) mostra as controvérsias em relação aos bancos de genes para conservação das sementes. Entre os problemas apontados por ele estão os altos custos de manutenção dos «superlaboratórios» e, devido a isso, diversos países não priorizam essa prática. Conforme o autor, uma das causas do descaso é que países do terceiro mundo são convidados a pôr «*todos os seus ovos na cesta dos outros*» (Mooney, 1987, p. 34); ou seja, como não possuem condições de manter um banco nacional de sementes para preservação de suas espécies nativas, deixam que essas espécies fiquem sob a guarda de outros países ou de empresas multinacionais.

*Um estudo da FAO, a respeito das fontes de coleta de trigo mantidas pelo USDA demonstra o absurdo da posição do Terceiro Mundo. Por volta de 1970, o USDA<sup>6</sup> possuía material de 27 nações; apenas cinco não eram do Terceiro Mundo. Os bancos de genes americanos haviam armazenado mais variedades de trigo que as existentes em coleções identificadas em 16 dos 27 países. Quatorze países – todos do terceiro Mundo – não tinham nada do seu próprio trigo nativo armazenado. Colocando de outra forma: enquanto o Afeganistão, o Egito e a Coreia observam a diversidade natural de suas agriculturas ser cada vez mais uniformizada, irão descobrir que virtualmente todas as variedades de seus trigos nativos podem ser obtidas apenas nos Estados Unidos (Mooney, 1987, pp. 34-35).*

Tanto já foi dito acerca da Revolução Verde, que parece que este é um tema que se esgotou. No entanto, é bom sempre lembrar que foi este fenômeno que acirrou o processo de extinção de sementes e de apropriação das mesmas por empresas particulares. A própria FAO, em 1957, lançou uma campanha mundial de sementes. Concomitantemente a isso, se iniciou o processo de proteção de novas variedades. Assim, as empresas de melhoramento de sementes tiveram o direito de patente por suas variedades modificadas (e muitas vezes pelas variedades que deram origem a estas) com a criação das Leis de Proteção a Cultivares. Essa lei logo se expandiu para os países do Terceiro Mundo, onde a variedade de sementes é maior e onde os pacotes tecnológicos da Revolução Verde penetraram sem restrições já que o objetivo propagado era a de produzir mais alimentos para eliminar o problema da fome que assolava diversos países (Mooney, 1987).

A segunda fase da Revolução Verde foi dominada por aquilo que Mooney (1987) considera como a Revolução da Semente, ou seja, o processo de apropriação das sementes pelas empresas. Essa fase iniciada com as sementes

6 Acrônimo do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.



híbridas persiste até hoje com o desenvolvimento das diversas variedades de sementes transgênicas. Quando tratamos de transgenia, as sementes que aparecem citadas com maior frequência são as de milho e soja, porque são, juntamente com o trigo, os cereais mais cultivados no mundo. No entanto, as sementes de hortaliças e dos demais cereais fundamentais na dieta alimentar, também podem ser híbridas ou transgênicas.

Mooney (1987, pp. 68-69) já mostrou a existência, na década de 1970, da aquisição das empresas de sementes por indústrias agroquímicas. Essas companhias segundo ele, de escala global, têm o mundo todo como mercado. Isso demonstra que há cerca de quatro décadas essas empresas vêm atuando no mercado de sementes. Uma preocupação levantada pelo autor se refere ao código de conduta para as companhias transnacionais discutido naquele momento pela ONU, onde os recursos genéticos vegetais e estoques de sementes das nações não foram enquadrados como sendo de interesse nacional vital, o que permitiu o monopólio por parte de empresas transnacionais.

As mulheres do MMC estão preocupadas com as sementes transgênicas de soja e milho, mas seu interesse maior são as sementes de hortaliças. Elas lidam com a alimentação de suas famílias no dia-a-dia e perceberam, ao longo dos anos, o empobrecimento de variedades disponíveis na mesa. Mesmo que, entre as participantes, muitas mantenham certa quantidade de diferentes variedades, percebem que em seu entorno isso se perdeu.

## 6. A RECUPERAÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS DE HORTALIÇAS

A discussão sobre as sementes enquanto expressão de soberania é bastante antiga, mas me deterei na história recente, ou seja, a partir da modernização da agricultura. Pat Roy Mooney publicou em 1979 no Canadá o livro «O escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos», tratando sobre o patenteamento das variedades. Já nesse tempo, o autor denunciava as incertezas advindas dos programas de «melhoramento de sementes» pelas grandes empresas, uma vez que os agricultores de todo o mundo foram os que melhoravam as plantas durante toda a história da agricultura.

Conforme dados da FAO<sup>7</sup>, somente 150 espécies cultivadas alimentam a maior parte da população mundial; e, destas, somente 12 proporcionam 80% da energia da dieta humana proveniente das plantas. O arroz, a batata, o trigo e o milho respondem por cerca de 60% da dieta energética. Mooney (1987, p. 4) já mostrava, em 1979<sup>8</sup>, que 95% da nutrição humana derivava de não mais de 30 plantas, das quais oito eram responsáveis por 75% da nutrição vegetal. Destas oito espécies, o trigo, o arroz e o milho respondiam também por 75% do consumo vegetal. Conforme este autor, pelo menos 500 vegetais eram utilizados na agricultura antiga e, num espaço de mil anos, esse número se reduziu a 200 espécies cultivadas pelos pequenos horticultores. «A moderna história agrícola é, ao menos em parte, uma história de redução de variedades alimentícias, porquanto mais e mais pessoas são alimentadas cada vez menos por espécies vegetais» (Mooney, 1987, pp. 4-5).

Sempre foi da tradição dos camponeses praticar a policultura, ou cultivar diversas variedades de uma mesma espécie para garantir a produção em situações climáticas adversas.

*Então, esse projeto do melhoramento... da produção e melhoramento de sementes crioulas que o Movimento das Mulheres Camponesas me faz lembrar, aquilo que minha vó sempre dizia. Aqueles valores do passado estão sendo presentes pra nós hoje. Porque eu me lembro muito bem que ela sempre falava, ninguém comprava nenhum tipo de semente, eles produziam toda sua subsistência, sua comida e as próprias sementes. Isso elas mesmas faziam, não compravam, não usavam nada de químico e não compravam alimentação, porque eles produziam. E ela contava quando matavam os porcos, porque eles criavam porco, galinha, tudo para a sua subsistência. Quando matavam um porco*

7 Disponível em <http://www.fao.org/news/story/es/item/20162/icode/>; acesso em 11/10/2011.

8 Ano de publicação do livro no Canadá. A sua tradução para o português foi publicada no Brasil em 1987.

*repartiam entre os vizinhos, e depois... todos comiam a mesma coisa, então sempre vinha... cada pouco vinha carne fresca, mesmo não tendo congelador, não tendo geladeira, não tendo nada dessas modernidade. E isso me vem presente em tudo aquilo com o resgate das sementes. É isso que nós temos que abraçar hoje. Produzir para o nosso auto-sustento, e produzir a nossa semente pra nossa comida. Então eu acho de fundamental importância este projeto pra nós, mulheres da roça (Liderança do MMC explicando sobre o projeto de recuperação de sementes crioulas de hortaliças / maio de 2010).*

*Nesse projeto das sementes, eu acho muito importante também o resgate que está tendo das ervas medicinais. Porque isso é uma coisa da natureza. E os nossos antepassados eles usam muito isso, sobreviviam dos remédios caseiros, dos remédios de ervas medicinais. Mas depois com o uso dos veneno aí que tanto tão usando, as ervas foram sendo extintas e aí então esse projeto do Movimento de Mulheres Camponesas vem trazendo pra nós, ou resgatando de volta o uso pras nossas famílias, que é muito importante a mãe faz um chazinho, usa os remédios naturais em vez de pra cada coisinha tem que está correndo na farmácia, ou está comprando os remédios químicos. Então já pode está utilizando. E isso pra nós é uma experiência muito importante e que está sendo resgatado também o projeto das sementes. Então isso vem trazer pra nós um estímulo de volta pra nós aquilo que é da natureza. Os remédios, usando eles, utilizando e industrializando pro nosso uso e para o uso da nossa família, dos nossos filhos (Liderança do MMC explicando sobre o projeto de recuperação de sementes crioulas de hortaliças / maio de 2010).*

Percebemos, nas falas como a anterior, referências contra o uso de agrotóxico na produção de alimentos e a utilização de ervas

medicinais para o tratamento de saúde. Juntamente com a recuperação de sementes, as camponesas resgataram valores e conhecimentos tradicionais para utilizar as ervas medicinais. Os antigos chás que eram utilizados pelas mulheres mais velhas, frutos de um conhecimento acumulado que foi se perdendo com a popularização dos remédios alopáticos. O MMC foi buscar conhecimentos nesta área, aproveitando aquele que algumas camponesas já detinham; foram em busca de mais formação no campo das plantas medicinais e da homeopatia<sup>9</sup>.

### **7. AS MULHERES E A ALIMENTAÇÃO: SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR**

Para Marta Chiappe (2006) ocorre certa confusão entre os conceitos de soberania e segurança alimentar, quase sempre utilizados como sinônimos. No entanto, por soberania alimentar deve-se entender o controle dos alimentos por parte dos camponeses e por segurança alimentar, a condição de existência de alimentos suficientes e de qualidade para que todos possam ter acesso.

Conforme León (2003, p. 218), na África subsaariana e no Caribe, as mulheres são responsáveis pela produção de 60 a 80% dos produtos básicos utilizados na alimentação enquanto que na Ásia as mulheres realizam mais de 50% do trabalho nos cultivos de arroz. Da mesma forma, no Sudeste Asiático e na América Latina, as hortas cultivadas pelas mulheres aparecem entre os sistemas agrícolas mais complexos. Mesmo assim, a ideia de que é necessário o cultivo de transgênicos para alimentar o mundo é propagada cada vez mais. Esse discurso sai do ambiente das multinacionais e se propaga mesmo entre camponeses, com o intuito de que eles abandonem seus cultivos tradicionais e adotem o sistema produtivo que é comercializado em larga escala pelas empresas.

*Dessa maneira, a internacionalização do campo, onde, insistimos, a agricultura e a produção alimentar se ajustam*

<sup>9</sup> Dona Rosalina da Silva fez diversos cursos sobre plantas medicinais e também sobre homeopatia. Já detinha um conhecimento herdado de sua mãe e, pela proximidade com a Igreja, teve uma formação na área da saúde com as freiras que trabalhavam com ervas medicinais; e, depois, pelo MMC continuou essa formação. Seu horto de plantas medicinais é grande e muito variado.

*a fins lucrativos, tem incidido negativamente na vida das mulheres, convertendo-as em simples assalariadas e alienando-as da sua relação com a terra, com a agricultura, com os saberes e conhecimentos históricos, especialmente aqueles que, como inventoras da agricultura, têm transmitido de geração em geração* (León, 2003, pp. 218-219).

Essas medidas, continua a autora (León, 2003, p. 219), eliminarão as práticas de soberania alimentar concebidas pelas mulheres durante toda a história da agricultura, obrigando-as a pagar aos donos das patentes para utilizarem os recursos que sempre fizeram parte de sua vida.

Irene de León (2003, p. 220) diz ainda que a agricultura científica excluirá ainda mais as mulheres do acesso ao conhecimento e destruirá seus saberes tradicionais, continuando o processo que foi deflagrado pela Revolução Verde. A colocação da autora é chocante, mas verdadeira, porque o que assistimos foi um afastamento das camponesas do conhecimento básico sobre o plantio dos alimentos e a diminuição da variedade e qualidade alimentar dessas famílias. No entanto, tamanha exclusão gera revolta e, consequentemente, a busca de alternativas. É o que o MMC faz ao estimular as camponesas a resgatar as práticas alimentares e de tratamento por meio de uma alimentação mais saudável, que vai desde a maneira de produzir o alimento, a variedade dos alimentos e as formas de preparo, até as ervas medicinais que são alternativas aos remédios alopáticos.

Um dos grandes vilões que colocam em risco a segurança alimentar são os agrotóxicos, porque além da contaminação dos alimentos e da água, eliminou diversas espécies de plantas utilizadas na alimentação e no preparo de remédios.

## 8. SEGURANÇA ALIMENTAR E OS AGROTÓXICOS

Conforme Londres (2011), na última década, o uso de agrotóxicos no Brasil cresceu assustadoramente; somente entre os anos de 2001 e 2008 a venda subiu de pouco mais de US\$ 2 bilhões para mais US\$ 7 bilhões. Assim, o Brasil atingiu a posição de maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Em 2008 foram aplicados 986,5 mil toneladas e em 2009 mais de um milhão de toneladas, o que significa 5,2 kg de

agrotóxico por habitante (Londres, 2011, p. 19). A autora apresenta também dados da Anvisa sobre, pelo menos, dez tipos de agrotóxicos que já foram proibidos na União Europeia, EUA, China, entre outros, que continuam sendo usados no Brasil. Esses dados apontam que o crescimento agrícola no país foi pequeno frente ao aumento exorbitante no volume de vendas dos agrotóxicos.

*Levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), ambos de 2009, apresentam o crescimento de 4,59% da área cultivada no período entre 2004 e 2008. Por outro lado, as quantidades vendidas de agrotóxicos, no mesmo período, subiram aproximadamente 44,6%. E os números não levam em conta a enorme quantidade de agrotóxico contrabandeado para o país* (Carneiro & Soares, 2010; *apud* Londres, 2011, p. 19).

Outra característica importante a ser levada em conta é a concentração das empresas que detém a produção e comercialização de agrotóxicos. Em 2007, seis empresas – a saber, Bayer, Syngenta, Basf, Monsanto, Dow e DuPont –, controlavam mais de 80% da venda de agrotóxicos no Mundo (Terra, Pelaez & Rodrigues da Silva, 2010). No Brasil, essa taxa era ainda maior. Essas empresas não controlam somente os agrotóxicos ou as sementes de milho e soja, como nos parece mais evidente, mas também sementes de hortaliças; ou seja, as sementes de toda a base de alimentação vegetal.

O que o movimento de mulheres propõe é ir na direção contrária a este processo. É resgatar valores (sementes) e técnicas que suas mães e avós dominavam, para restituir com isso uma alimentação melhor para suas famílias, como mostram os trechos retirados de um documentário produzidos pelo MMC/SC.

*Para aproveitar os restos de guerra, a burguesia internacional criou um projeto de agricultura química, para aproveitar as indústrias que já fabricavam o veneno, os motores e os produtos químicos. Então se instalou aqui no Brasil, a partir dos anos 60, a famosa Revolução Verde sobre a qual*

*os governos davam o total apoio, inclusive criou-se a extensão rural para levar até as nossas unidades de produção o esclarecimento: como é que nós tinha que produzi, o que é que nós tinha que produzir e com a desculpa de aumentar a produtividade e de saciar a fome do mundo é que eles vinha com essa onda de Revolução Verde. Com essa farsa de modernidade foi feito a tentativa de destruir a agricultura camponesa, os valores, o jeito de produção que nós tinha, que nós produzimos o próprio alimento, mas não conseguiram. Pois aqui estamos resistindo e fazendo alternativas para dar conta de uma vida digna, com saúde (liderança do MMC).*

*E no caso das produções tem tudo os agrotóxicos que eles nem chamaram de veneno. Chamavam do que mesmo? Defensivos agrícolas! Veja bem, uma coisa que prejudica a natureza, o ser humano, não foi botado o nome de veneno, é defensivo achou que era isso mesmo. 'Ah tem que passar um remedinho ali pra matar as pragas', não é assim que a gente escuta todo dia? Só que esse remedinho pra matar as pragas vai matando nós também (XX Encontro Estadual do MMC – 21 a 23 agosto de 2010).*

Conforme Vandana Shiva (2003, p. 39), a Revolução Verde não substituiu somente as sementes nos países do Terceiro Mundo, mas safras inteiras. Ao fazer isso justificou que determinadas variedades de sementes, por serem inferiores, produziam muito pouco. Para Shiva, as camponesas da Índia conheciam as variedades produzidas e seu valor nutritivo. Estes cultivos, no entanto, foram considerados inferiores; além disso, muitos foram extintos pelo uso dos agrotóxicos. Da mesma forma, diversas espécies agrícola. *Defensivo é pra defender, de veneno passou pra remédio, e a gente de plantas que antes eram consumidas pelos camponeses no oeste de SC, hoje são dificilmente encontradas porque, com a intensa utilização de agrotóxicos nas lavouras e a diminuição de variedades culti-*

*vadas, essas também se perderam. Por outro lado, percebe-se que as lideranças do MMC, ao iniciarem o resgate de sementes crioulas de hortaliças, se disseram admiradas com as variedades que as camponesas trouxeram e que eram mantidas em suas propriedades. Somente no encontro que ocorreu no ano de 2002 em Curitiba, na Serra Catarinense, as camponesas trouxeram mais de 40 variedades de couve.*

## 9. PLANTAR PARA O AUTO CONSUMO – SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Para Irene León & Lidia Senra (2010, p. 17), mulheres e homens vêm construindo uma ideia diferente do que é agricultura. Isso se explica, em parte, pelas condições que foram dadas, ao longo da história, para homens e para mulheres. Dessa forma, a imagem construída pelas mulheres é de uma agricultura como fonte de alimentação e de produtos que são destinados ao sustento da família.

Conforme as autoras acima, em diversas partes do mundo, o controle da produção pelo governo e pelas grandes empresas foi precedido por uma associação do produto oriundo das explorações familiares a uma má qualidade ou a problemas sanitários. Essas medidas afetaram especialmente as mulheres que tradicionalmente comercializam sua produção nos mercados locais. Em conversa com uma liderança, ela falava das dificuldades de comercializar a produção em pequena escala. O objetivo principal para as mulheres que participam dos projetos do MMC é cultivar para o consumo da família, mas sempre há um excedente que pode ser comercializado. Mas como fazer isso, se o mercado exige quantidade?

*Então, assim, em 8 de março 2007, houve o lançamento da campanha nacional pela produção de alimentos saudáveis. Nós temos o cartaz aí. Temos aqui. E daí, como compromisso, nesse ano também nós tivemos uma feira na capital de Florianópolis, e nós levamos nosso produto pra distribuir pra comunidades que a gente visitou naquele encontro. A primeira feira da diversidade, em 2008, foi também o quarto congresso estadual do*

*movimento. Nessa feira da biodiversidade, tinha as sementes, tinha produtos da roça, mais as plantas medicinais com as suas essências, pomadas, remédios. Tendo dois dias de estudos, e depois uma, um último dia com a feira então. 2008 depois continuou os ensaios, aqui nós estamos com o Grupo Saudades de São Miguel do Oeste, ensaios e também... e também como no comecinho nós dávamos uma semente para cada mulher, aqui nós fazíamos ensaios no grupo de mulheres. Oito, dez mulheres, vinte mulheres (mulheres expondo a sua prática em forma de apresentação coletiva / maio de 2010).*

A maioria dos agricultores que possuem integração de aves e suínos já não produzem diversos alimentos que eram cultivados há alguns anos atrás, mesmo os mais básicos como o feijão, o arroz, a batata doce, a batatinha (batata-inglesa), a cebola, etc. Esses produtos estão entre os que deixaram de ser produzidos porque a oferta deles nos supermercados é regular e, conforme falaram alguns agricultores, «não compensa plantar porque é mais barato comprar no supermercado». O plantio de hortaliças também caiu muito entre esses agricultores; diversas variedades deixaram de ser cultivadas, restando algumas cujas sementes e mudas são encontradas nas cooperativas e agropecuárias. Entre as mulheres que não participam do MMC, podem-se encontrar aquelas que mantêm as sementes crioulas de hortaliças e demais alimentos, sementes que foram guardadas por gerações. No entanto há poucas mulheres que possuem integrações em suas propriedades e, ainda assim, mantêm tanto as sementes como a prática antiga dos tratamentos com ervas seja para as pessoas, seja para o cuidado dos animais.

Entre os produtos para o próprio consumo mais cultivados hoje pelos agricultores estão a mandioca, algumas espécies para horta como radice, alface, cenoura, beterraba. Já o repolho e as diversas variedades de couve não são muito cultivados porque a ocorrência de pulgões é grande. Os insetos que atacam os cultivos são outro argumento muito utilizado para justificar o não plantio de diversos produtos, especialmente na horta. Muitos dizem que não adianta plantar «porque os pulgões, as lagartas, ou mesmo os

passarinhos estragam, então fica mais barato comprar».

Já no MMC, o que ouço é um discurso bem diferente, como mostram as falas das participantes dos encontros, cursos e oficinas dos quais participei. As camponesas mostraram uma listagem bem extensa dos alimentos que ainda cultivavam e dos que voltaram a cultivar pela iniciativa dos projetos do MMC.

Em estudo sobre os alimentos ainda produzidos para o consumo entre agricultores gaúchos, Menasche, Wagner & Marques (2007, p. 67) se referem à questão do «tempo» que os agricultores alegam não possuir mais para plantar. Conforme relato de uma agricultora entrevistada por estas autoras, depois que iniciou um plantio de laranjas em maior escala, foi perdendo as sementes dos produtos que antes eram comuns na propriedade, como o feijão, o amendoim. Também com a saída dos filhos da terra, o trabalho se concentrou no casal, assim, não puderam mais se dedicar ao plantio desses alimentos.

Da mesma forma como foi constatada uma diminuição da variedade de alimentos produzidos e consumidos pelos agricultores no oeste de SC, Menasche *et al.* (2007, p. 75) mostraram que, no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, os agricultores familiares se referiram a uma mudança muito grande da alimentação de «antigamente» com relação à atual. Conforme estas autoras, eles foram unânimes ao falar da intensidade destas mudanças, relacionando a alimentação atual como sendo mais industrializada. «*Em geral a produção para o autoconsumo é hoje considerada como sendo muito menor do que a realizada em época anterior. Desse modo, muitas respostas apontam no sentido de maior dependência das famílias rurais em relação à aquisição de alimentos*» (Menasche *et al.*, 2007, p. 75).

Zanetti & Menasche (2007, p. 139), em pesquisa realizada na comunidade de Jacarezinho, Vale do Taquari/RS, mostram que a segurança alimentar é garantida mais pelas mulheres. Como a produção de alimentos para o consumo familiar é conduzida basicamente pelas mulheres, quando estas deixam de produzir a variedade que eram acostumadas, o consumo destes alimentos cai na família. Mulheres mais velhas são as que ainda mantêm a tradição de produzir diversos alimentos, já as mais jovens adotaram o há-

bito de adquirir esses alimentos no mercado. As razões apontadas em sua pesquisa são praticamente as mesmas apontadas pelas agricultoras entrevistadas por mim na região oeste de Santa Catarina.

Grisa & Schneider (2008), em levantamento sobre a produção para o autoconsumo entre agricultores gaúchos, constataram que 100% deles ainda produzem alimentos para consumo da família. Essa produção varia conforme o município pesquisado, o grau de integração com o mercado, entre outros fatores, mas ela é uma constante no meio rural. Essa produção permite, entre outras coisas, o acesso aos alimentos sem intermediações, a produção de alimentos seguindo a tradição cultural da família, e o reconhecimento da qualidade do produto consumido. É comum a prática de trocas entre vizinhos, seja de produtos, de mudas para o plantio ou de sementes. Essas práticas foram se perdendo com a intensificação do processo de integração em muitas comunidades rurais da região oeste de Santa Catarina, conforme mostram os depoimentos das mulheres ligadas ao MMC.

Grisa & Schneider (2008) mencionam autores como Woortmann e Woortmann (1997) e Brandão (1981, p. 79), que mostram o orgulho que os camponeses sentem ao afirmar que produzem seu próprio alimento e que essa produção é variada e de qualidade. Essas afirmações corroboram os depoimentos das camponesas do MMC, como este:

*Aqui no caso são todas trabalhadoras, que trabalham para produzir alimentos. E alimentos só para nós? Alimentos para todos. Hoje, na verdade, a agricultura camponesa é responsável pela produção de quase 80% dos alimentos que vão para a mesa dos consumidores. Então, esse é o segundo elemento: ser trabalhadora pertencente a uma classe que produz pelo seu trabalho as riquezas e [...] que produz alimento para as pessoas poderem viver, nenhum ser vivo vive sem alimento. Então vejam a importância estratégica dos camponeses e das camponesas. E [...] as mulheres camponesas são lutadoras, são guerreiras, que daí é próprio da característica de quem faz*

*parte do movimento, da luta, da militância* (XX Encontro Estadual do MMC – 21 a 23 agosto de 2010).

Na referência a autores como Woortmann & Woortmann (1997) e Brandão (1981), não se deve deixar de observar que suas publicações têm mais de uma ou até mesmo três décadas e que – deste período até agora – as transformações no campo foram muitas em relação a essa produção para o autoconsumo, conforme constatei em campo. Estes trabalhos demonstram que a produção para o autoconsumo esteve mais presente nas pequenas propriedades do que agora.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Vamos trabalhar em nossa propriedade com o objetivo de produzir alimentos diversificados para a família e para a comercialização, buscando a soberania alimentar. Garantir as sementes nas mãos das camponesas e camponeses é oportunizar possibilidades de vida. Para isso lutamos pelo crédito especial para as mulheres camponesas para concretizar o projeto de agricultura que acreditamos* (Cartilha do MMC).

O Movimento de Mulheres Camponesas se reconhece como um movimento social, mas suas práticas recentes vão além desse movimento mais político. O MMC exerce sobre as camponesas a função de uma organização que libertou as mulheres do papel invisível de trabalhadoras rurais, ao lutar pelos direitos trabalhistas e o reconhecimento da profissão agricultora. A organização e a troca de experiências nos encontros, nos cursos, nas assembleias e passeatas fez com que muitas mulheres se reconhecessem como mulheres com direitos iguais aos homens e não mais submissas.

Fica claro, através de diversos depoimentos, como as mulheres se auto definem como camponesas e como conseguem compor essa definição mesmo em situações diferentes. Assim, é camponesa a mulher que cultiva sem agrotóxicos, porque o modelo de agricultura camponesa idealizado por elas é agroecológico. Mas não se excluem se, em suas propriedades, seus maridos ainda os utilizem, porque sabem que essa transição é lenta devido aos anos de imposição do mercado sobre os agricultores quanto aos insumos a serem utilizados. É camponesa a mulher que faz regaste de sementes

crioulas e busca produzir grande parte dos alimentos consumidos na propriedade. Mas também não se excluem aquelas que possuem integrações, porque este ainda é «um mal necessário» para muitas famílias se manterem no campo. Para resolver o impasse, classificam dois tipos de agronegócio: o que visa apenas lucro (dos grandes produtores, dos monocultivos e dos empresários) e o dos agricultores familiares, que ainda necessitam se manter neste mercado para permanecer no campo. É quase como se existisse «um agronegócio do bem e outro do mal». Mas mesmo o «do bem» é visto como transitório, como podendo desaparecer o dia em que outro modelo de desenvolvimento se impuser.

Este modelo de agricultura camponesa proposto pelo MMC é sustentável; busca a agroecologia, a proteção do meio ambiente (elas tiveram formação sobre o Bioma Mata Atlântica para aprender a preservar e a recuperar áreas degradadas), e a recuperação não somente de variedades de alimentos como também de algumas tradições que foram se perdendo com a modernização da agricultura. Quando se referem a recuperar práticas antigas deixam claro que querem recuperar o que era bom no passado e não o que era ruim e elas conseguiram superar (pelo menos em parte), como o patriarcado.

O projeto de resgate de sementes crioulas de hortaliças permeia diversas esferas, como a da agroecologia, da segurança e da soberania alimentar. É importante destacar que essas bandeiras de luta são também as bandeiras da Via Campesina e do Movimento dos Pequenos Agricultores, além de movimentos que primam pela produção agroecológica e/ou orgânica. O resgate de sementes crioulas de hortaliças e de outros alimentos pode também ser percebido como um modo de recampesinização, conforme coloca Ploeg (2006, p. 47). Não é um retorno ao passado, mas uma «reconstituição de relações e elementos (velhos e novos, materiais e simbólicos) que ajudam a encarar o mundo moderno (...) de forma mais adequada e atrativa». E ainda se levando em conta as noções de campesinato construídas pelo MMC, esse tipo de resgate de sementes faz dessas mulheres legítimas camponesas.

## REFERÊNCIAS

- Altieri, M. (2009). *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 5ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Altieri, M. & Bravo, E. (2007). *La tragedia social y ecológica de la producción de agrocombustibles en el continente Americano*. Recuperado de: <http://agroeco.org/wp-content/uploads/2010/10/BIOCÓMBUSTIBLES-Altieri-Bravo.pdf>
- Brandão, C. R. (1981). *Plantar, colher e comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Chiappe, M. (2006). Estudio de caso sobre la cadena productiva de maíz. En Mello, R. de; Rodríguez, G. (Org.), *Estudios de casos que destacan la dinámica de género en torno a la agricultura, el comercio y la soberanía alimentaria*. Río de Janeiro: Instituto Equit.
- Chonchol, J. (2005). A soberania alimentar. *Estudos Avançados*. 19(55), 33-48.
- Delgado, G. C. (2005). A questão agrária no Brasil, 1950-2003. Em Jaccoud, L. (Org.), *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA.
- Grisa, C. & Schneider, S. (2008). «Plantar pro gasto»: A importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 46(2), 481-515. doi: 10.1590/S0103-20032008000200008
- León, I. (2003). Mulher, vida e semente. Em Carvalho, H. M. de Sementes (Ed.), *Patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo, Expressão Popular.
- León, I. & Senra, L. (2010). Las mujeres gestoras de la soberanía alimentaria. En Senra, L. et al., (Eds.), *Las mujeres alimentan al mundo: soberanía alimentaria en defensa de la vida y del planeta*. Barcelona (España): Entrepueblos.

- Londres, F. (2011). *Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida*. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.
- Maluf, R. S. (2009). *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Maluf, R. S., & Menezes, F. (2000). *Caderno segurança alimentar*. Retirado de <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>
- Menasche, R., Wagner, S. A. & Marques, F. C. (2007). Agricultura familiar à mesa. Em Menasche, R. (Org.), *Agricultura familiar à mesa: saberes e práticas no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Menezes, F. A. da F. (1998). *Panorama Atual da segurança alimentar no Brasil*. Retirado de: <http://perso.orange.fr/amar-bresil/documents/secual/san.html>
- Movimento dos Pequenos Agricultores, MPA (2013). *Soberania*. Retirado de <http://www.mpabrasil.org.br/soberania>
- Mooney, P. R. (1987). *O escândalo das sementes; o domínio na produção de alimentos*. São Paulo: Nobel.
- Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (2000). *Nossa história, nossas lutas*. Chapecó/SC: MMA/SC.
- Movimento de Mulheres Camponesas, MMC (2009). *História. A afirmação de muitas histórias*. Retirado de <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>
- Ploeg, J. D. V. (2006). O modo de produção camponês revisitado. Em Schneider, S. (Org.), *A diversidade da agricultura familiar* (pp.13-57). Porto Alegre: EdUFRGS.
- Shiva, V. (2003). *Cosecha robada. El secuestro del suministro mundial de alimentos*. Barcelona (España): Paidós.
- Terra, F. H. B., Pelaez, V. & Rodrigues da Silva, L. (2010). A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente. *Revista de Economia*, 36(1), 27-48.
- Vía Campesina (2011). *La agricultura campesina sostenible puede Alimentar al mundo. 2011*. Documento de Punto de Vista de la Vía Campesina. Yakarta. Recuperado de: <http://www.viacampesina.org>
- Woortmann, E. & Woortmann, K. (1997). *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Ed. UNB.
- Zanetti, C. & Menasche, R. (2007). Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. Em Menasche, R. (Org.), *Agricultura familiar à mesa: saberes e práticas no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.